

6

CAPÍTULO

GÊNEROS DO DISCURSO ORATÓRIO

Adilson Ferreira dos Santos

Claudia Abuchaim

Elaine Aparecida dos Santos Estracieri

Elioenai Piovezan

Elizabeth Rizzi Lyra

Maria Julia Santos Duarte

Priscilla Harka Wroblewski

Roberta Souza Piovezan

A essência da oratória é o “discurso proferido em público, a arte do bem falar, que se pode confirmar pela etimologia, pois oratória se constrói no radical de *os, oris*, que significa ‘boca’ e ‘boca enquanto órgão da fala’” (ERNOUT, 1951, p. 833).

Diretamente ligada à retórica, a oratória tem como meta a adesão dos espíritos por meio da argumentação. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, a retórica antiga “referia-se ao uso da linguagem falada, do discurso perante uma multidão, reunida na praça pública, com o intuito de obter adesão desta a uma tese que se lhe apresentava” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 6).

Nesse sentido, os gêneros do discurso oratório estão diretamente relacionados às instituições da cidade e ainda hoje se apoiam sobre uma tipologia do espaço social, pois, conforme afirma Moraes (1963), acompanham a evolução histórica da humanidade e são resultado dos interesses mais destacados de cada época. Segundo o autor,

[...] quando apareceu em Siracusa, no séc. V a.C., a teoria da arte oratória se revestiu de aspecto político, daí a origem de seu gênero. Logo após sucedeu-lhe o judiciário e, a seguir, os demais, acompanhando as diversas manifestações da vida em sociedade que os agrupou dentro de moldes diferentes para atender aos fins a que se destinavam (MORAES, 1963, p. 43).

O sistema oratório deve adequar-se ao gênero do discurso a ser elaborado, pois os discursos são classificados de acordo com características relacionadas ao orador, ao auditório, à intencionalidade e ao tempo dominante – presente, passado, futuro.

De acordo com Reboul (2004), o gênero agrupa obras que apresentam características fundamentais em comum: tragédia, poema lírico, tese, etc. Sem dúvida, é impossível fazer uma classificação exaustiva dos gêneros, porém, mais útil para a leitura retórica é a comparação. Se o objetivo é determinar as características de um gênero, é preciso perguntar o que o distingue do gênero mais próximo; por exemplo, o melodrama da tragédia, a novela do romance, a aula da conferência.

Aristóteles (s.d.), em sua *Retórica*, propunha que são três os tipos de discurso: judiciário, que tem como auditório o tribunal; deliberativo (ou político), cujo auditório é a assembleia (Senado); epidítico, que tem como público os espectadores em geral, todos os que assistem a discursos de aparato, como panegíricos, orações fúnebres ou outras.

De acordo com Moraes (1963), uma vez conhecidos os diversos gêneros oratórios, cabe ao orador escolher o que melhor se adapte à sua personalidade e meio de vida e, para tanto, conhecer as qualidades do gênero que pretende utilizar, assimilá-las e colocá-las em prática.

GÊNERO JUDICIÁRIO

Estudos contemporâneos revelam que o marco da oratória judiciária está no *Tratado de Retórica* escrito por Córax e Tísias, dois oradores que se preocupavam com a defesa daqueles que desejavam reaver seus bens e propriedades tomados pelo tirano de Siracusa, no ano de 485 a.C.

Encontram-se nesse tratado vários preceitos práticos utilizados por pessoas envolvidas em conflitos judiciais em uma época em que não existiam advogados. Aristóteles, em seus estudos sobre retórica, confirma a importância e a relevância do *Tratado* para cidadãos comuns que necessitam aprender habilidades para defenderem as suas causas.

A origem judiciária da retórica revela algumas características que acompanham a produção do discurso por muitos anos até os dias atuais. O uso da argumentação com a finalidade de persuadir o auditório (juiz ou tribunal) e o desenvolvimento de técnicas da lógica e do raciocínio para a produção de provas (a que reside no seu caráter moral, o *ethos*; as emoções criadas nos ouvintes, o *pathos*; e a demonstração do próprio discurso, o *logos*), são algumas das características do gênero presentes até hoje.

De acordo com Aristóteles (s.d.), pertencem ao gênero judiciário, os discursos pronunciados em função de um julgamento formal que termina com uma sentença. É o uso da palavra perante o juiz ou tribunal, quer na defesa da sociedade, caso da promotoria pública, quer na defesa feita por advogado de interesse e direitos de seus constituintes. O discurso judiciário ou acusa ou defende, tem como valores o justo e o injusto. O auditório convertido em juiz ou condena ou absolve, pois há sempre um réu que será declarado culpado ou inocente.

Ao orador cabe a função de adaptar seu discurso ao seu auditório, juiz ou tribunal, com o fim de que a tese seja aceita por seu interlocutor, e é essa aceitação ou não que definirá o resultado de um processo. É na sustentação oral (o *logos*) que o interlocutor constrói a sua imagem (o *ethos*) para um auditório (o *pathos*).

O gênero judiciário, que dispõe de leis e se dirige a um auditório especializado, utiliza de preferência raciocínios silogísticos, entimemas, próprios para esclarecer a causa dos atos. O convencimento do público se dará não mais pela evidência lógica de uma prova, mas pela capacidade argumentativa do orador.

Na contemporaneidade, segundo Mosca (1997), o discurso judiciário é utilizado não apenas nos tribunais para defender e acusar, mas também nos sermões realizados por chefes religiosos quando avaliam o comportamento de seus filhos com relação às crenças.

GÊNERO DELIBERATIVO

O gênero deliberativo é aquele em que a palavra está a serviço do bem comum, das coisas públicas. Há tanto o conselho como a dissuasão. Quem aconselha recomenda sempre o melhor e quem desaconselha dissuade com o pior. O

tempo do gênero deliberativo é o futuro, visto que aconselha sobre eventos que ainda irão acontecer, persuadindo ou não. Para Aristóteles (s.d.), os assuntos suscetíveis de deliberação são os que naturalmente se relacionam com as pessoas e da qual a produção está com elas.

Os temas mais importantes em que os oradores dão conselho em público são cinco: finanças, guerra e paz, defesa nacional, importação e exportação, legislação. Aquele que se prontifica a dar conselho sobre as finanças deve conhecer todas as despesas da cidade, a fim de acabar com o desnecessário; para a guerra e paz, é necessário saber com que povos se pode esperar fazer guerra, a fim de manter a paz com os mais fortes e a guerra contra os mais fracos; quanto à defesa do país, deve-se conhecer o número das tropas para reforçar os lugares protegidos. Nas provisões, o importante é conhecer quantos e quais os gastos consideráveis à cidade, quais alimentos são produzidos, quais são importados, quais importações e exportações serão necessárias a fim de se estabelecerem os devidos tratados e acordos.

Por fim, para a segurança do Estado, é indispensável ser entendido em todas as outras questões, como também na legislação, pois está nas leis a salvação da cidade. Cabe saber quantas são as formas de governo, o que condiz a cada uma e porque se corrompem. O maior e o mais eficaz de todos os meios de se persuadir e aconselhar bem é compreender as diferentes formas de governo e diferenciar seus interesses particulares.

Todos os homens têm um fim em vista, seja para o que escolhem fazer como no que evitam. Esse fim é chamado de felicidade. É a partir dela, das ações que para ela tendem e daquelas que lhe são contrárias que consideram todos os conselhos e dissuasões. As partes que compõem a felicidade são a nobreza, muitos e bons amigos, bons e muitos filhos, boa velhice, as virtudes do corpo como a saúde, a beleza, o vigor, a estatura, a força para a luta; a reputação, a honra, a boa sorte e a virtude.

As coisas futuras ou presentes devem-se ter em mente na exortação e na dissuasão, pois elas são contrárias. Mas, como o objetivo do que delibera é o conveniente, e as pessoas deliberam sobre os meios que a ele conduzem e não pelos meios, e como os meios são o que é conveniente sobre as ações, e o que é conveniente é bom:

Entendemos por bom o que é digno de ser escolhido em si e por si, e aquilo em função de que escolhemos outra coisa; também aquilo a que todos aspiram, tanto os que são dotados de percepção e razão, como os que puderem alcançar a razão; tudo o que a razão pode conceder a cada indivíduo, e tudo o que a razão concede a cada

indivíduo em relação a cada coisa, isso é bom para cada um; e tudo o que, pela sua presença, outorga bem-estar e autossuficiência; e a própria autossuficiência; e o que produz ou conserva esses bens; e aquilo de que tais bens resultam; e o que impede os seus contrários e os destrói. Sobretudo, cada um considera o que é bom de acordo com seu gosto (ARISTÓTELES, [s.d.], p. 32).

O maior e mais efetivo meio de aconselhar bem é compreender as diferentes formas de governo e distinguir suas características. Todos se deixam persuadir pelo que é conveniente, ou seja, pelo que preserva o Estado. Além do mais, é soberana a manifestação do soberano, e nisso variam as diversas formas de governo; e quantas são as formas de governo, são as manifestações de soberania.

Podemos dividir as formas de governo em democracia, na qual o povo exerce a soberania; oligarquia, em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas do mesmo partido, classe e até mesmo da família; aristocracia, baseada em privilégios de uma classe de poder formada por nobres; e a monarquia, em que um só é senhor de todos.

O fim da democracia é a liberdade; o da oligarquia é a riqueza; o da aristocracia é a educação e as leis; e da monarquia, a defesa pessoal. Portanto, devem-se distinguir os hábitos, as instituições e os interesses, pois é em relação ao fim que a escolha é feita. O caráter de cada uma das formas de governo é o elemento mais persuasivo em cada uma delas.

GÊNERO EPIDÍTICO

O gênero epidítico é um dos gêneros retóricos distinguido por Aristóteles em sua *Arte Retórica*, em que o orador toma uso da palavra para louvar ou censurar. O tempo predominante usado nesse gênero é o presente, mesmo que isso não exclua o uso de fatos passados e as possíveis presunções do futuro.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), Aristóteles se inspirou nos concursos oratórios que ocorriam durante os jogos olímpicos para caracterizar as particularidades do gênero epidítico. Nesse contexto, os auditores comportavam-se como espectadores, e se esses tinham alguma missão ali a cumprir, era a de designar o vencedor, aquele cujo discurso merecia receber os louros da vitória.

O auditório, nesse sentido, assume uma posição de julgador e de adesão ou não às teses e argumentos apresentados pelos oradores: “É ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 27). Nesse contexto de jogos olímpicos, os discursos eram tratados como espetáculos de teatro ou disputas atléticas em que a finalidade era a avaliação dos participantes.

O gênero epidítico, assim como os demais gêneros retóricos, tem papel fundamental na concretização da persuasão do auditório. “O gênero epidítico é central, pois o seu papel é intensificar a adesão a valores sem os quais os discursos que visam a ação não poderiam encontrar a alavanca para comover e mover os seus auditores” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 38). Nesse sentido, aponta-se que o elogio ou a censura são relevantes na função de mover fortemente o auditório de acordo com os valores compartilhados com o orador.

Na visão aristotélica, o gênero epidítico, por tratar do elogio e da censura, trata da virtude e do vício, do belo e do disforme, e isso é a base para a construção discursiva do orador. O autor também aponta que a virtude é a faculdade que permite adquirir e guardar bens e a injustiça é o vício pelo qual se retém o que é dos outros, contrariamente à lei (ARISTÓTELES, s.d.). Essa dicotomia do gênero epidítico é sua característica por se tratar de um gênero que louvará (virtude) ou censurará (a injustiça), conforme já apontado aqui, com os valores partilhados de um auditório universal.

O orador emitirá um elogio a uma pessoa quando essa tiver como prática todas as características da virtude, pois quem age com justiça, coragem, prudência e sabedoria é digno de receber um discurso de elogio. Indubitavelmente, esse discurso laudatório tem como função persuadir o auditório por meio de palavras que realçam as qualificações aqui citadas.

Esse tipo de discurso é muito comum em ocasiões triviais na sociedade contemporânea, como num funeral, em cerimônias de formatura, religiosas, entre outras. Num elogio fúnebre, o falecido em questão é sempre qualificado pela sua sabedoria, justiça e retidão enquanto era vivo. O que não impede que seus vícios e defeitos em vida não possam ser ressaltados. Nesse mesmo sentido, professores e personagens bíblicos e religiosos são qualificados sempre em suas virtudes como modelos a serem seguidos de forma inequívoca pelo auditório.

Da mesma forma, o orador que usa o discurso de censura também busca persuadir o auditório para um determinado fim. Um promotor público usará o discurso de censura sempre com o objetivo de desqualificar o acusado. Esse objetivo será alcançado no e pelo discurso quando persuadir os jurados e o juiz de que o réu merece ser condenado. Nessa perspectiva, o gênero epidítico, ao contrário dos tempos antigos na Grécia, em que o auditório era apenas espectador, tem um novo cenário, que requer de um auditório tomada de posição em relação à acusação, ou seja, o gênero epidítico é usado como prova, com palavras ligadas ao *pathos*, para mover esse mesmo auditório a tomar uma decisão.

Essa interferência, que tem ainda maiores possibilidades de ocorrer se a situação evoluiu no intervalo, acarreta uma dupla consequência: de um lado, a avaliação da eficácia de um discurso é aleatória, de outro, a adesão por ele provocada sempre pode ser utilmente reforçada. É nessa perspectiva, por reforçar uma disposição para a ação ao aumentar a adesão aos valores que exalta, que o discurso *epidíctico* é significativo e importante para a argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 55-56).

Na visão dos autores, o orador não está preocupado com o seu *ethos* e nem com a consequência para si próprio, mas com a argumentação e com a eficácia da persuasão diante do auditório, mediante os valores compartilhados “sobre os quais não pairam dúvidas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 56). Em outras palavras, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) apontam que os discursos epidícticos apelam para uma ordem universal de valores incontestáveis.

Aristóteles nos diz que:

A liberalidade é a virtude de fazer bem com o dinheiro. A avareza é o contrário. A magnanimidade é uma virtude de grandes benefícios; a mesquinhez o seu contrário. A magnificência é a virtude de fazer coisas grandes e custosas; a mesquinhez e a miséria os seus contrários (ARISTÓTELES, s.d., p. 86).

Assim, podemos identificar que, nos tempos contemporâneos, o louvor e a censura aos atos de muitas personagens públicas e políticas podem ser facilmente identificados segundo o que Aristóteles já na Grécia Antiga categorizava, na retórica epidíctica, como o que era digno ou não de louvor. Fazer o bem e o seu contrário nas políticas públicas são atos que fazem parte do dia a dia da nossa sociedade contemporânea.

Dessa forma, no gênero epidíctico, no que se refere ao elogio ou à censura, haverá, indubitavelmente, um grande uso de qualificadoras das ações e uma amplificação e valorização de conceitos incontestáveis, como já foi demonstrado. Para Aristóteles (s.d.), a amplificação é uma das características do gênero epidíctico, pois se caracteriza em ampliar a superioridade, o belo e as virtudes ou os seus contrários. Sob o ponto de vista da argumentação e das formas de persuadir o auditório, isso é fundamental na hora de louvar ou censurar um ator e/ou personagem pública, pois consiste em materializar uma das provas retóricas que é o *ethos*.

Nessa perspectiva, o gênero epidíctico se materializa na busca de um realce maior, seja no elogio ou na censura dos atos praticados. A valorização também tem papel relevante na adesão do auditório, pois, como já dito, os valores compartilhados por este são fundamentais para buscar a adesão dos espíritos.

O fato de o *epidíctico* ser destinado a promover valores sobre os quais há concordância explica que se sinta a impressão de um abuso quando por ocasião de um discurso, alguém toma posição numa matéria controversa, desvia sua argumentação para valores contestados, introduz dissonâncias numa circunstância criada para favorecer a comunhão numa cerimônia fúnebre por exemplo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 59).

Valorizar e amplificar os argumentos que são usados no gênero epidíctico faz parte da argumentação e move as paixões no auditório de forma que este seja persuadido com base nos valores compartilhados pelos seus membros.

GÊNEROS MILITAR E SACRO

O discurso militar tem como auditório as tropas militares. Nesse discurso ganha destaque o tom de voz dos oradores.

A oratória militar é utilizada pelos oficiais quando dirigem às tropas, na guerra ou na paz, alocações, ordens do dia, pronunciamento em datas cívicas. Os discursos militares destacam-se pela tonalidade, pelo tom de voz elevado e positivo (POMBO, 2001, p. 17).

Segundo Moraes (1963), o gênero militar é o que designa o uso da palavra nos pátios dos quartéis, nas solenidades de formatura dos cadetes, nos campos de manobra. Deve munir-se de precisão, objetividade, gravidade e patriotismo.

A persuasão do orador no discurso militar é imprescindível para que se faça uma perfeita execução das ordens e tenha-se completo entendimento das regras da Instituição. O *ethos* do orador é de autoridade, em seu discurso há a imposição de procedimentos e técnicas de instrução que não permitem questionamentos por parte do auditório (CITELLI, 2007).

Em contrapartida, conforme assinala Pombo (2001), o gênero sacro destaca-se pela subjetividade e imprecisão. É realizado em igrejas ou lugares semelhantes. É a oratória que oferece subsídios para o relacionamento do homem com Deus. Próprio das coisas divinas, predomina nos conventos e nos mosteiros.

A função do orador é transmitir, por meio da palavra, os ensinamentos da doutrina cristã. O discurso também é chamado “pregação” e quem o profere, “pregador”.

Segundo Castro (2008), a oratória praticada pelo Padre Vieira e seu contemporâneo Antônio de Sá, fundava-se na leitura de oradores e teóricos clássicos, principalmente Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

A oratória sacra visa a convencer o ouvinte por meio da emoção e da razão. Divide-se em cinco partes, segundo os modelos tradicionais da retórica: tema, introito, invocação, argumentação e peroração (MOISÉS, 2008).

O êxito do sermão, além da grandiloquência do orador, deve-se à sequência lógica do que será explanado ao ouvinte. No tema, o pregador evoca uma passagem bíblica que ilustre o assunto sobre o qual vai pregar. Essa passagem será retomada várias vezes durante o sermão. É o enunciado da tese. No introito, expõe o plano geral do sermão e antecipa seus elementos essenciais à compreensão do argumento. Na argumentação, propõe a tese e a sustenta com exemplos bíblicos. Na peroração, apresenta a conclusão e exorta os princípios morais que moveram toda a argumentação. É nesse momento que o pregador busca a adesão do auditório (CASTRO, 2008).

A impossibilidade de resgatar a eloquência presente nos discursos orais nos deixa à mercê de transcrições dos próprios autores, de relatos testemunhais de seus contemporâneos ou de registros históricos. Padre Vieira, por exemplo, editou mais de 200 de seus sermões. Segundo Bosi (1977),

de Vieira ficou o testemunho de um arquiteto incansável de sonhos e de um orador complexo e sutil, mais conceptista do que cultista, amante de provar até o sofisma, eloquente até à retórica, mas assim mesmo, ou por isso mesmo, estupendo artista da palavra (BOSI, 1977, p. 49).

No Sermão da Sexagésima, pregado na Capela Real de Lisboa, em 1655, Padre Vieira expõe toda sua capacidade de orador, fruto de anos de educação jesuítica. Ressalta-se que, desde a Idade Média, segundo Fiorin (2014), “a base de toda educação é o *septennium*, que prepara para a teologia, que reina sobre as sete artes liberais, súpula do conhecimento humano desinteressado” (FIORIN, 2014, p. 59). O *septennium* é dividido em duas partes: o *trivium* (gramática, dialética e retórica), que estuda a linguagem; e o *quadrivium* (música, aritmética, geometria e astronomia), que estuda a natureza.

Segundo Genette (1975, apud FIORIN, 2014), a retórica restringiu-se, ao longo da História, em duas teorias: uma da argumentação e da composição e outra da elocução. Esta, por sua vez, reduziu-se mais ainda em uma teoria das figuras (tropologia ou teoria dos tropos). De qualquer forma, os sermões de Padre Vieira são bons exemplos de discurso retórico e de oratória. Se é difícil a tarefa de identificar características de eloquência em textos escritos, o que nos conforta é a possibilidade de se verificar tais características justamente na elocução dos discursos do padre jesuíta.

Como o Sermão da Sexagésima, dividido em dez partes, é muito extenso para este artigo, optamos por analisar alguns trechos que melhor expõem a eloquência de Padre Vieira e que apresentam elementos do gênero sacro: tema, introito, invocação, argumentação e peroração. O termo “sexagésima” alude à data em que o sermão foi proferido: de acordo com o calendário litúrgico católico da época, tratava-se do penúltimo domingo antes da Quaresma, que corresponde ao sexagésimo dia antes da Páscoa.

O tema do Sermão da Sexagésima é o próprio ato ou a arte de pregar o Evangelho e é explicitado na abertura do discurso: “Sêmen est verbum Dei” (“A semente é a palavra de Deus”), no livro de São Lucas 8, versículo 11. Em seguida, no introito, diz:

E se quisesse Deus que este tão ilustre e tão numeroso auditório saísse hoje tão desenganado da pregação, como vem enganado com o pregador! Ouçamos o Evangelho, e ouçamo-lo todo, que todo é do caso que me levou e trouxe de tão longe (VIEIRA, 1965, p. 1).

Observamos que Padre Vieira elogia seu auditório particular (provavelmente, a nobreza católica de Portugal), utiliza lugares de qualidade (“tão ilustre”) e de quantidade (“tão numeroso”). Como era visto pela nobreza (e pela própria Igreja) com desconfiança devido a suas posições favoráveis aos índios, escravos e cristãos novos (BOSI, 1977), Padre Vieira parte de uma hipótese que elege Deus como autoridade inquestionável: “E se quisesse Deus que [...] o auditório saísse tão desenganado da pregação, como vem enganado com o pregador!”. E, ao final, antecipa a analogia que virá no parágrafo seguinte: “Ouçamos o Evangelho [...] que me levou e trouxe de tão longe”. Aqui, há outra justificativa do pregador que sai de sua terra para pregar em lugares distantes e merece reconhecimento. Não seria difícil de imaginar Padre Vieira gesticulando e modulando a voz para alcançar o mais distante e desatento dos cristãos. A exclamação em “enganado com o pregador!” viria acompanhada de uma ou duas mãos apontando para si mesmo e, depois, para o público, como forma de equiparar a relação de pregador e auditório.

Na continuação do sermão, temos:

Ecce exiit qui seminat, seminare. Diz Cristo que ‘saiu o pregador evangélico a semear’ a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas também faz caso do sair: Exiit, porque no dia da messe hão-nos de medir a semente e hão-nos de contar os passos. O Mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que dispenseis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os

que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na Pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. Aos que têm a seara em casa, pagar-lhes-ão a semeadura; aos que vão buscar a seara tão longe, hão-lhes de medir a semeadura e hão-lhes de contar os passos. Ah Dia do Juízo! Ah pregadores! Os de cá, achar-vos-eis com mais paço; os de lá, com mais passos: Exiit seminare (VIEIRA, 1965, p. 1).

Segundo Padre Vieira, há dois tipos de pregadores: os que pregam onde vivem e os que saem para pregar em lugares distantes. Obviamente, o jesuíta está entre o segundo tipo, como deixa claro em “trouxe de tão longe”. Vieira analisa e manipula as palavras para obter o efeito que deseja. Assim, ao longo do sermão, utiliza-se de analogias, exemplos, metáforas, trocadilhos (ou paranomásias), quiasmos, antíteses, anáforas. No parágrafo em análise, usa um quiasmo (elementos dispostos de forma cruzada) para justificar o valor dos pregadores: “Entre os semeadores do Evangelho *há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair*” (grifo nosso). Cada um será recompensado de acordo com a “semeadura”. O cálculo da pregação será aferido no “Dia do Juízo”. Na conclusão do parágrafo, a eloquência da fala é explícita, com interjeições, vocativos e exclamações: “Ah Dia do Juízo! Ah pregadores!”. Aqui também não é difícil visualizar um Padre Vieira de punho em riste e olhar penetrante em busca de aprovação do auditório. Reverência aos Céus e humildade de se reconhecer, embora padre, pecador, mortal, homem, como o seu auditório de fieis.

Mas, o curioso desse trecho é o final: “Os de cá, achar-vos-eis com mais paço; os de lá, com mais passos”. Padre Vieira faz ao mesmo tempo um trocadilho e um quiasmo com as palavras “paço” (palácio, habitação luxuosa feita para a realeza) e “passos” (ato de deslocar-se pelo andar) e parece ironizar o sedentarismo dos religiosos que não saem para pregar – crítica velada aos dominicanos. Há ainda o sentido da acumulação, com o uso de “mais”, como advérbio de intensidade para “paço” e de quantidade para “passos”. O auditório precisaria distinguir os sentidos dos dois termos mais pelo contexto, pois são palavras homófonas heterógrafas. Certamente, o orador, neste ponto, deveria valer-se de todos os recursos da oratória e da eloquência: gestos, prosódia e proxêmica. Apontaria para a capela e para a janela em “os de cá” e “os de lá”, falaria pausadamente P-A-Ç-O e P-A-S-S-O-S, talvez a andar diante do púlpito e a aproximar-se do auditório, com o corpo projetado ligeiramente à frente.

Como não há uma invocação clara, pode-se inferir que o discurso invoca Jesus Cristo, autor da parábola do bom semeador e tratado no sermão como “o semeador do Céu”.

Na parte II, Padre Vieira introduz a parábola do trigo e dos tipos de pregadores e de pregações que existem – que será a base argumentativa de todo o ser-

mão –, questiona a eficácia da pregação da palavra de Deus e cita diversos exemplos de passagens bíblicas e fatos ocorridos no Maranhão.

Na parte III, defende a ideia de que para uma alma se converter por meio de um sermão, é preciso haver três “concursos”:

há-de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há-de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há-de concorrer Deus com a graça, alumando. *Para um homem se ver a si mesmo*, são necessárias três coisas: olhos, espelho e luz. Se tem espelho e é cego, não se pode ver por falta de olhos; se tem espelho e olhos, e é de noite, não se pode ver por falta de luz. Logo, há mister luz, há mister espelho e há mister olhos. *Que coisa é a conversão de uma alma, senão entrar um homem dentro em si e ver-se a si mesmo?* (VIEIRA, 1965, p. 3, grifos nossos).

Percebemos que o pregador é o responsável pela persuasão por meio do discurso (doutrina) e da construção de seu *ethos* de orador. Ao ouvinte, e seu *pathos*, cabe a tarefa de compreender o discurso – a depender da distância entre a produção e a atribuição de sentidos e a intencionalidade do orador. E a Deus compete abençoar e iluminar o ouvinte para que assimile a razão da sua palavra (*logos*). Em seguida, Padre Vieira conduz o auditório a um raciocínio lógico em que a premissa é: “Para um homem se ver a si mesmo, são necessárias três coisas: olhos, espelho e luz”. Demonstra a relação de dependência entre os elementos e argumenta:

O pregador concorre com o espelho, que é a doutrina; Deus concorre com a luz, que é a graça; o homem concorre com os olhos, que é o conhecimento. Ora suposto que *a conversão das almas por meio da pregação depende destes três concursos*: de Deus, do pregador e do ouvinte, por qual deles devemos entender que falta? Por parte do ouvinte, ou por parte do pregador, ou por parte de Deus? (VIEIRA, 1965, p. 3, grifo nosso).

Notamos que Padre Vieira utiliza um jogo de paralelismos – embora criticasse o cultismo barroco pelo excesso de figuras e rebuscamentos que dificultam a compreensão do ouvinte – a fim de equiparar o pregador ao espelho e à doutrina (pela persuasão); o homem (ouvinte) aos olhos e à compreensão da doutrina (pela percepção); e Deus à luz e à graça (pela iluminação).

Se a graça de Deus é inquestionável e a percepção do ouvinte é de natureza diversa, pois podem ser bons e receptivos ou maus, “duros” como pedras e “espinhosos”, logo, a culpa pela ineficácia da pregação do Evangelho só pode ser do pregador. Para chegar a essa conclusão junto com seu auditório, Padre Vieira concentra esforços na elocução que, ainda que carregada nas figuras de linguagem, procura não se perder em malabarismos sintáticos para não se desviar do objetivo principal: a adesão do auditório.

Na parte IV, Padre Vieira explica que “no pregador podem-se considerar cinco circunstâncias: a pessoa, a ciência, a matéria, o estilo, a voz. A pessoa que é, e ciência que tem, a matéria que trata, o estilo que segue, a voz com que fala” (VIEIRA, 1965, p. 4). Em relação ao estilo, Padre Vieira diz:

Será porventura o estilo que hoje se usa nos púlpitos? Um estilo tão empecado, um estilo tão dificultoso, um estilo tão afectado, um estilo tão encontrado a toda a arte e a toda a natureza? Boa razão é também esta. O estilo há-de ser muito fácil e muito natural. Por isso Cristo comparou o pregar ao semear: *Exiit, qui seminaret, seminare. Compara Cristo o pregar ao semear, porque o semear é uma arte que tem mais de natureza que de arte*. Nas outras artes tudo é arte: na música tudo se faz por compasso, na arquitetura tudo se faz por regra, na aritmética tudo se faz por conta, na geometria tudo se faz por medida. O semear não é assim. É uma arte sem arte caía onde cair. Vede como semeava o nosso lavrador do Evangelho. ‘Caía o trigo nos espinhos e nascia’: *Aliud cecidit inter spinas, et simul exortae spinae*. ‘Caía o trigo nas pedras e nascia’: *Aliud cecidit super petram, et ortum*. ‘Caía o trigo na terra boa e nascia’: *Aliud cecidit in terram bonam, et natum*. Ia o trigo caindo e ia nascendo (VIEIRA, 1965, p. 4, grifo nosso).

Crítica abertamente o cultismo barroco, utiliza mais paralelismos e anáforas, com “tudo se faz...” e “caía o trigo...”. Outra vez o efeito da repetição necessária para a assimilação do auditório. E, como em todo sermão, as frases em latim que autorizam a fala do orador são utilizadas sem parcimônia. São também evidências, posto que são retiradas do Sagrada Escritura e traduzidas imediatamente antes ou após serem citadas. Nesse sentido, seu conceptismo é construído pela necessária repetição de palavras e termos a fim de fixar conceitos. O auditório é ao mesmo tempo persuadido pela justeza das analogias (espelho, olhos, luz, semeador, trigo, pedras, espinhos) e convencido pela propriedade das ideias como conclusões necessárias, evidentes, senão lógicas. As escolhas lexicais, a progressão temática semântica a cada tópico e a sólida base argumentativa tornam o sermão não só atraente, mas eficaz.

Há advertências explícitas quanto ao ato de pregar. Padre Vieira não poupa críticas e se inclui entre os faltosos. Diz que “o pregar que é falar faz-se com a boca; o pregar que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras” (VIEIRA, 1965, p. 4) e, para não cair em contradição, as suas palavras no púlpito não deveriam ser proferidas sem a colaboração do corpo. Ao afirmar que o pregador deve ser um exemplo a ser visto, pregar aos olhos e não só aos ouvidos (cf. VIEIRA, 1965), recomenda que, para além da vida exemplar e seguidora dos preceitos morais e cristãos, o orador, como exemplo vivo de sua pregação, fale ao auditório com o corpo e com alma.

A essa altura do sermão, Padre Vieira já citara diversas passagens bíblicas do Velho e do Novo Testamentos, com episódios envolvendo Moisés, Davi, Jonas, Jacó, Lucas, Mateus, João Batista, entre outros. Tanta ilustração propicia momentos de digressão para prender a atenção do auditório que, se cristão, se regozija pela visão suscitada nas descrições do jesuíta, e se não cristão, se desperta para conhecer tantas “histórias”. Mas, o tema sempre é recuperado: “Se os ouvintes ouvem uma coisa e veem outra, como se hão-de converter?” (VIEIRA, 1965, p. 5). Logo, não basta um discurso pomposo, bem construído, se não falar ao coração do ouvinte.

A argumentação, que permeia todo o sermão, é seguida de propostas de intervenção, como na parte VI, em que fala da importância de focar um só tema em uma pregação:

Há-de tomar o pregador uma só matéria; há-de defini-la, para que se conheça; há-de dividi-la, para que se distinga; há-de prová-la com a Escritura; há-de declará-la com a razão; há-de confirmá-la com o exemplo; há-de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão-de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há-de responder às dúvidas, há-de satisfazer às dificuldades; há-de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há-de colher, há-de apertar, há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto (VIEIRA, 1965, p. 6).

Nesse trecho está todo o sistema do discurso retórico, exposto pelo salutar abuso da anáfora “Há-de”. E qual é a melhor forma de utilizar anáfora senão pela maior entonação a cada frase? Outra vez, é possível imaginar Padre Vieira, a cada uma das dezesseis repetições, direcionar o olhar a, pelo menos, dezesseis ouvintes, em diferentes pontos da capela, de modo a contemplar a totalidade do auditório. E, para não ser contraditório, falar pausadamente e sem bradar, pois a temperança de um bom orador, como virtude e benevolência, traduz-se na interação, em advertir sem impor, criticar sem humilhar, persuadir e convencer, sem nunca oprimir.

Por fim, na peroração do gênero sacro, Padre Vieira retoma o introito (o engano do auditório com o próprio orador):

Com isto tenho acabado. Algum dia vos enganastes tanto comigo, que saíeis do sermão muito contentes do pregador; agora quisera eu desenganar-vos tanto, que saíreis muito descontentes de vós. *Semeadores do Evangelho, eis aqui o que devem pretender nos nossos sermões*: não que os homens saiam contentes de nós, senão que saiam muito descontentes de si; não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições e, enfim, todos os seus pecados (VIEIRA, 1965, p. 11, grifo nosso).

Assim, para um bom pregador, segundo Padre Vieira, é preciso que o sermão faça o ouvinte refletir sobre si mesmo, perceber suas próprias falhas e procurar mudar sua postura. A exortação é clara quando o orador usa o vocativo “semeadores do Evangelho” e oferece uma solução para o problema apresentado desde o início do sermão. Diminui ao máximo a distância com o auditório em: “eis aqui o que *devemos pretender* nos *nostros* sermões”, com o uso da primeira pessoa do plural. A exortação continua no último parágrafo, quando Vieira adverte que por se estar “às portas da Quaresma”, é tempo de se armar contra os vícios: “Pregue-mos e armemo-nos todos contra os pecados, contra as soberbas, contra os ódios, contra as ambições, contra as invejas, contra as cobiças, contra as sensualidades” (VIEIRA, 1965, p. 11).

Como vemos, o tema a ser desenvolvido na oratória sacra precisa alimentar-se do cotidiano, da realidade de seu tempo, do tipo de auditório, pois este determina o teor da explanação. Só assim o orador terá a completa adesão do ouvinte.

GÊNERO DE CIRCUNSTÂNCIA E GÊNEROS MISTOS DE ELOQUÊNCIA

O gênero oratório de circunstância é aquele que “exprime, ocasionalmente, ideias e sentimentos motivados por acontecimentos particulares da vida pública, social ou familiar: festividades cívicas, religiosas, exéquias, aniversários, brindes, cumprimentos, inaugurações, paraninfados, etc.” (MORAES, 1963, p. 70). Os discursos nesses contextos precisam ser sempre atuais, corretos, elegantes, tratados com tato e propriedade, tanto no estilo quanto na declamação.

Há também os “gêneros mistos de eloquência”, divididos em duas categorias: eloquência poética e eloquência didática. A primeira busca mais agradar do que convencer ou persuadir. Após explicar que esses discursos de aparato serviam mais como pretexto para pura exibição de talentos oratórios, Moraes (1963) confessa seu desprezo pela forma como poetas parnasianos utilizavam-nos nos primeiros anos do século XX: “Olavo Bilac, Coelho Neto e outros [...] faziam extensas conferências e, o que é de pasmar, com entradas pagas. Atualmente é coisa, graças a Deus, superada” (MORAES, 1963, p. 71).

A eloquência poética era utilizada como “elogios acadêmicos” e “discursos de admissão” nas Academias. Por sua vez, a eloquência didática era útil para o ensino na forma de recursos e atrativos da palavra falada, como em “aulas, palestras, dissertações e conferências de conteúdo literário, artístico, moral, filosófico ou científico” (MORAES, 1963, p. 71).

Ao fazermos uma breve digressão, vemos que, de acordo com Senger (1960, p. 19), a eloquência em Atenas, na Grécia Antiga, reunia as melhores condições para o seu desenvolvimento: “língua sonora e harmoniosa, população inteligente e viva, constituição democrática que solicita participação ativa de todos os cidadãos”. Logo, a combinação desses elementos e “a evolução constante de um ensino metódico conduz a arte oratória à perfeição” (SENGER, 1960, p. 19). E um dos responsáveis por essa realização teria sido Aristóteles, “o filósofo da eloquência”, que soube conciliar a utilidade com a arte e, “levando em conta a psicologia das multidões, dá ao estilo e ao raciocínio, à forma e ao fundo, a justa medida adaptada aos diversos gêneros da eloquência” (SENGER, 1960, p. 20).

Segundo Ramírez Trejo (2002 apud SIQUEIRA, 2008), na introdução de sua tradução da *Retórica* de Aristóteles (2002), durante muitos anos, “a eloquência manteve-se assim até que o Estagirita veio a modificar inteiramente a visão sobre ela. De fato, o filósofo resolveu a incerteza entre a verdade e o verossímil, tratou os discursos de maneira científica e definiu a retórica como uma arte” (RAMÍREZ TREJO, 2002 apud SIQUEIRA, 2008, p. 62). Para Aristóteles, a verdade é essencial ao discurso, pois somente ela persuade. No entanto, segundo Siqueira (2008), há uma aporia da verdade em Aristóteles:

O ser, enquanto ser, é verdadeiro, mas a verdade não está nas coisas, mas na mente dos homens. Portanto, em Aristóteles, a verdade ocorre de duas maneiras: uma verdade do ser, ela existe por si mesma, e outra verdade atribuída na síntese do juízo ou do discurso. A verdade está em conformidade com a realidade (SIQUEIRA, 2008, p. 62).

De acordo com Cícero, que deu um novo impulso à retórica antiga, “a eloquência era a arte de dizer adequadamente para persuadir” (REYES CORIA apud SIQUEIRA, 2008, p. 62). Dizia Cícero que a retórica pode servir tanto para o bem como para o mal e que o mau uso da eloquência, no entanto, deve-se à falta de sabedoria. Logo, o orador deve saber discernir o que é decoroso ou conveniente na vida, do contrário poderia cometer erros na própria vida e na oratória. Consequentemente, a eloquência deveria ser utilizada apenas em causas justas, porque também era considerada uma proteção para a República. Enfim, o poder da palavra deve ser usado para favorecer a segurança, a honra, a fecundidade e o brilho. Quintiliano também defendia essa mesma posição: a arte do bem dizer só deve ser usada para o bem (SIQUEIRA, 2008, p. 62).

Em suma, os gêneros do discurso oratório, em suas variadas finalidades: jurídica, deliberativa, epidítica, militar, sacra, circunstanciais ou mistas, fundamentam-se na instauração de um acordo prévio entre orador e auditório, ponto

de partida de toda argumentação. O êxito do discurso deve-se à adaptação do orador ao auditório e das técnicas argumentativas utilizadas para se obter a persuasão de seu ouvinte.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho, 15. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

_____. *Retórica*. Introducción, traducción y notas de Arturo Edmundo Ramírez Trejo. Ciudad de México: UNAM, 2002.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1951.

FIORIN, José Luiz. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9 (1), p. 53-70, jan.-jul. 2014.

GENETTE, Gérard. A retórica restrita. In: COHEN, Jean et al. *Pesquisas de retórica*. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2008.

MORAES, Rubens Arantes de. *Curso de Prática Oratória*. 5 ed. São Paulo: SESI / Departamento Regional de São Paulo / Divisão de Orientação Social, 1963.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____. *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

POMBO, Ruthe Rocha. *Curso de oratória CAEF*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RAMÍREZ TREJO, Arturo Edmundo. Introducción, traducción y notas. In: _____. ARISTÓTELES. *Retórica*. Ciudad del México: UNAM, 2002.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REYES CORIA, Bulmaro. *Límites de la retórica clásica*. Ciudad de México: UNAM, 2004.

SENGER, Jules. *A arte oratória*. Tradução de Carlos Ortiz. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. (Coleção Saber Atual).

SIQUEIRA, Ernane Alves. *Probare, delectare, flectere*: eloquência e retórica no Pro Murina de Cícero. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão da Sexagésima. In: *Sermões Escolhidos*. v. 2. São Paulo: Edameris, 1965. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000034.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.